

O CONCEITO DE QUILOMBO: HISTÓRIA E MEMÓRIA

Maria Edimaci Teixeira Barbosa Leite¹

Resumo: Este trabalho consiste em uma reflexão sobre o método da história cultural, buscando explicitar a constituição histórica do conceito de quilombo, assim como, o significado dado aos quilombos pelos habitantes da cidade de Paranã-Tocantins. Nesse sentido, a pesquisa que resultou neste artigo visou compreender o processo de construção das memórias que dão identidade aos quilombos no contexto histórico em que foram constituídos. Assim, esta pesquisa é fruto de reflexões sistematizadas, com base em fontes bibliográficas e ancorada nos estudos teóricos e metodológicos desenvolvidos por Maurice Halbwachs (2003) Alberti (2004), Koselleck (1992) Tiballi (2006) acerca da memória coletiva e da história cultural.

Palavras-chave: História Cultural, História, Memória e Quilombo.

THE CONCEPT OF QUILOMBO: HISTORY AND MEMORY

Abstract: This work consists of a reflection on the method of cultural history, which understands the reality of the past in order to approach the ways in which men express themselves and the world, seeking to highlight the concept of quilombo, as well as the meaning given to the history and the memories of the quilombos in the city of Paranã-Tocantins. In this sense the research aims to understand the process of building these memories for the constitution of the history of the construction of the identity of the quilombos, and the context in which they were created. This research is the result of systematized reflections based on Cultural History, which establishes the development of research based on bibliographic sources anchored in the theoretical and methodological studies developed by Maurice Halbwachs (2003) on collective memory, Alberti (2004), Koselleck (1992) Tiballi (2006) about collective memory and cultural history.

Keywords: Cultural History, History, Memory and Quilombo.

Introdução

“A história, como toda e qualquer ciência, não se constrói numa torre de marfim. Ela se constrói na vida mesma, e por pessoas vivas que estão mergulhadas no século”

(ROGER CHARTIER, 2010, p.11, APUD LUCIEN FEBVRE, 1933).

¹ Pedagoga; Mestre em Educação; Doutoranda pela PUC Goiás; Professora de Rede Municipal de Educação de Goiânia; Membro do Grupo de Pesquisa Educação, História, Memória e Culturas em Diferentes Espaços Sociais. edmacibarbosa@hotmail.com

Parece oportuno iniciar o texto com a epígrafe como ponto de partida, pautada na leitura interpretativa de tudo aquilo que corresponde ao homem, e, tudo que está presente na memória dele.

Esta proposta de construção textual intitulada está ancorada nos estudos teóricos e metodológicos desenvolvidos por Maurice Halbwachs (2003), Alberti (2004), Koselleck (1992), Tiballi (2006), entre outros que possibilitam o estudo acerca da memória coletiva e da história cultural.

Halbwachs (2003), afirma que o fenômeno das recordações e da localização e da lembrança só pode ser considerado no seu contexto social, onde a memória é reconstruída, apoiando-se sobre o passado vivido, o qual permite a constituição de uma narrativa sobre o passado de forma viva e natural. Nesse sentido, mas do que a história escrita, o autor destaca que a memória individual existe a partir da memória coletiva, o que garante o pertencimento ao grupo, um laço de filiação entre os membros com base em seu passado coletivo.

Parte-se ainda da premissa definida por Halbwachs (2003), que a memória se constitui em parte de nossa capacidade intelectual em um processo de continuidade que nada tem de artificial, pois não retém do passado senão o que ainda está vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. De acordo com o autor, por definição, a memória não ultrapassa os limites dos grupos aos quais os sujeitos se afiliam.

Nesse sentido, propor a realização dessa pesquisa acerca da História e da Memória nos territórios quilombolas na região Norte do Estado de Goiás e também o município de Paranã -Tocantins visa compreender o processo de construção dessas Memórias para a constituição da história da construção da identidade dos quilombos, no contexto em que foram criados.

Neste aspecto, problematizar esta temática se justifica considerando – se que, as memórias criadas em territórios quilombolas possuem uma dimensão formativa no enfrentamento das adversidades vividas cotidianamente por essas populações.

Tendo em vista a relevância histórica dos quilombos, considera-se importante o levantamento e o registro das memórias dos quilombolas para a compreensão de sua história de luta política pela transformação social. Assim segundo Tiballi (2006), a História apresenta-se sobre a influência das memórias coletivas.

Segundo Halbwachs (2003), quando tentamos reconstruir a memória do passado no intuito de conservar a imagem dos acontecimentos, retemos desses acontecimentos apenas o que ainda interessa às nossas sociedades. É nesse contexto que me proponho compreender o processo histórico da construção histórica da memória da construção quilombos no passado e presente.

A memória individual, construída a partir das referências e lembranças próprias do grupo, refere-se, portanto, a “um ponto de vista sobre a memória coletiva”. Olhar este, que deve sempre ser analisado considerando-se o lugar ocupado pelo sujeito no interior do grupo e das relações mantidas com outros meios (HALBWACHS, 2004: p.55).

Assim, pois, a memória individual pode e deve ser empregada e experimentada para historiar fatos proeminentes sobre um passado específico próprios de um grupo, que pela pequena produção sistematizada sobre os seus percursos, sua história vem perdendo suas referências indenitárias tragadas pelos processos de esquecimento (ALMEIDA, 2007).

No entendimento de Ferreira (1994), o processo histórico voltado para o presente, possibilita a construção de uma identidade concernente, uma conformidade com a finalidade de edificar instrumentos que possibilite o diálogo por meio da igualdade.

Reinhart Koselleck, em sua célebre obra Futuro passado (1979), cada presente não apenas reconstrói o passado a partir de problematizações geradas na sua atualidade mas também de que cada presente ressignifica tanto o passado (referido na conceituação de Koselleck como “campo da experiência”) como o futuro (referido conceitualmente como “horizonte de expectativas”). Mais ainda, para Koselleck, cada presente concebe também de uma nova maneira a relação entre futuro e passado, ou seja, a assimetria entre estas duas instâncias da temporalidade.

Nesse sentido para Almeida (2007), os princípios e pressupostos teóricos da História cultural propiciam a organização do conhecimento histórico sobre indivíduos e grupos, que dão significado a sua maneira de enxergar o mundo, congregando uma série de comportamentos e hábitos sociais ao arquitetarem suas reproduções sobre o momento e revelarem a experiência do vivido e não vivido.

Como participante do grupo nas atividades de discussão sobre Quilombos, senti-me mobilizada a realizar estudos e pesquisas por identificar com a

temática, nesse sentido escrever sobre a história dos povos quilombolas envolve toda minha origem. Outro fato relevante deu-se que mediante as leituras, interessei em estudar os quilombos da região onde nasci, e convivi toda a minha infância e adolescência com familiares de várias gerações impregnada da cultura desses povos, compreendendo esse espaço como lugar de lembranças e memórias.

Assim, a compreensão do processo histórico e cultural da construção destas memórias na constituição dos quilombos como possibilidade de se perceber o processo de rememoração da história e memória, por meio das lembranças, na construção dos sujeitos sociais, o que nos leva a pensar a origem da cidade de Paranã sendo também imprescindível para a compreensão do processo histórico dos quilombos. Conforme Tiballi (2006), a história nova, que se empenha por construir uma história rigorosa, precisa nascer da memória coletiva, e nesse caso, pode ser explicada como uma revolução da história da memória. Nesse sentido, conforme Nogueira-Ferro (2009):

Tem-se na rememoração a possibilidade de se perceber o presente em diversas perspectivas, ou seja, a partir do passado, como algo a ser explorado. A partir do passado, pode-se entender o presente e prever-se o futuro como resultado das diversas iniciativas e das decisões humanas, mas não é só esta a função da história. O passado vê as inúmeras facetas da história em seu caráter múltiplo de inter-relações, de sucessivas bifurcações na multidimensionalidade que permite a escolha de algumas possibilidades, deixando outras inúmeras para trás. A escola aparece como espaço dessa rememoração, portanto têm-se na escola lembranças que se fixam, nas quais se mantêm raízes (p. 109-110).

Buscando as raízes da realidade da região onde o Município de Paranã se insere, segundo APA-TO (2012) o processo de regulamentação dos quilombos no Estado do Tocantins vem se estabelecendo desde 2010 com discussões sobre a regularização dos territórios quilombolas.

O movimento quilombola encontra-se na luta por seu reconhecimento o que alude buscar informações sobre o seu passado, construído culturalmente, a formação e organização dessas comunidades. Nesse sentido, faz com que a importância desse processo de luta deva ser pensada, num primeiro momento como principal elemento constituidor da história, instrumento capaz de direcionar o agir humano, sua identidade política e cultural.

Município de Paranã: traços e elementos políticos – culturais

A cidade de Paranã está localizada a 350 km da capital do Estado Palmas, na região sul do estado do Tocantins, tem sua história estreada no final do século XIX, com a vinda dos jesuítas, ordem religiosa que constituía o aldeamento missionário, subindo o rio Tocantins. Sabe-se que em 1815, esse arraial foi elevado à categoria de vila com o título de São João da Palma. Por meio da Lei provincial de 05 de outubro de 1857, foi elevada à condição de cidade. Infere-se que a topografia plana proporcionou a fundação de um centro urbano bem difundido. Ressalta-se que o desenho da cidade denotou ser erigido no cume dos rios Paranã e Palma, constituidores da bacia do Tocantins. Uma das cidades mais antigas do Estado do Tocantins, Paranã é uma cidade privilegiada pelas águas, posicionada nas confluências dos rios Paranã e Palma que ganha o nome de pontal.

Figura 1 - Vértice dos Rios Paranã e Palma.



FONTE: <http://www.cidadesdomeubrasil.com.br/TO/Paraná>.

Figura 2- As casas do centro histórico são na sua maioria edificação do século XIX.²

²O traçado arquitetônico em que outros não têm, encontramos os casarios, casas emendadas, mas não tem o traçado e nem o espaço de avenida que tem Paranã e, se sabe que isso é atribuído a Teotônio Segurado. As ruas do centro histórico são largas com alinhamento uniforme, sem curvas e sem becos, conforme a determinação do autor do plano urbanístico”.



FONTE: <http://www.cidadesdomeubrasil.com.br/TO/paraná>.

Constata-se segundo Tiballi (2006), que a memória coletiva passa por modificações e com o aparecimento da ciência sociais e realiza relevante função na integração que tende a abrigar-se entre elas (p.30).

Os aspectos relevantes da história e memória da cidade de Paranã denunciam que a conforme Tiballi (2006), a história é recuperada no presente com o apoio dos lugares da memória coletiva como; “lugares topográficos, Arquivo os tradicionais e novos arquivos orais, bibliotecas e museus, lugares monumentais, cemitérios e arquiteturas; lugares funcionais, manuais, autobiografias e associações” (p.31).

E conforme ressalta Tiballi (2006), todos esses memoriais possuem a sua história. Assim conforme a autora, entretanto, não se pode deixar de lembrar a veracidade dos lugares da História aqueles nos quais se deve esquadrihar, não a sua preparação; não a construção, mas os autores e os partícipes da memória coletiva: “Estado, meio sociais e políticos, comunidade de experiências históricas ou de gerações”, induzidos organizar o seus dados e informações em função das distintas formas de evocar a memória (TIBALLI, 2006, p. 32).

Quilombos

A comunidade quilombola do Kalunga do Albino localiza a 110 km de distância da cidade de Paranã Kalunga do Mimoso (popularmente conhecida como Kalunga do Albino no município de Paranã - TO), ocupa uma área de 14.366 hectares (quatorze mil trezentos e sessenta e seis hectares), e se

encontra em processo de regularização fundiária, em fase de desapropriação. Sua população é em torno de 150 habitantes; vinte e nove (29) famílias. Fica aproximadamente a noventa e dois (92) quilômetros de distância da cidade de Paranã. Sabe-se que o suprimento de água é artesanal, abastecido pelo Rio Paranã, córregos e riachos (CARVALHO, 2016).

As Comunidades Quilombolas do Claro, Prata, e Ouro Fino, compõem um só território localizado ao sul do Município de Paranã e do Povoado do Campo Alegre (com nomes distintos) tendo como divisa localizado ao norte o córrego Sucuri e ao sul o ribeirão do Prata, divisa com o Município de Cavalcante, estado de Goiás.

Essas comunidades foram reconhecidas como remanescentes de quilombo em março de 2014, e já se encontram em processo de regularização fundiária, iniciado pelo INCRA. Possui uma população de mais ou menos 400 habitantes; composta de noventa e três (93) famílias. Já a Comunidade do Ouro Fino localiza-se a 105 quilômetros da cidade de Paranã em todas essas comunidades ainda não há rede de energia elétrica, apesar de existir um projeto de extensão dados cadastrais das famílias a serem beneficiadas pelo programa Luz para Todos encaminhados ao Ministério de Minas e Energia (CARVALHO, 2016).

Para da inicio ao estudo proposto, parto da premissa de que o estudo da História Cultural como método envolve fazer em rápidas palavras um breve comentário correspondente a História como um problema.

Marc Bloch (2001) buscou estudar a História como problema. Nesse sentido, não seria mais compreendida como “Ciência do passado”, “uma vez que o passado não é objeto de Ciência”. Entende-se segundo o autor que o presente vai ao passado, para falar de suas inquietações.

Essa postura crítica segundo o autor transcorria para a análise dos documentos, que consentia a não reprodução de fontes. Nesse sentido para o autor documentos são indícios, o que, contrapunha a época aos modelos tradicionais que definia o passado como um dado rígido, que ninguém altera ou modifica.

Nesta perspectiva a História para o autor o homem é objeto da História, mais precisamente “homens no tempo” (p, 24). Assim o tempo é a essência concreta da História.

O tempo é o meio e a matéria concreta da história: Realidade concreta e viva, submetida à irreversibilidade de seu impulso, o tempo da história... é o próprio plasma em que se esgotam os fenômenos e como o lugar de sua inteligibilidade (BLOCH MARC, 2001, p.55).

Entende-se que esse tempo essencial para interpretá-lo o momento que é enfocado como elemento que nos faz compreender e refletir sobre o mundo e o homem no modo como é representada a realidade garantindo a formação da narrativa em suas experiências individuais e coletivas.

Sabe-se que a História Cultural, ou da Cultura, não é um achado atual, como as demais linhas historiográficas. A História Cultural não é uma descoberta ou invenção nova, desprotegida de suas irmãs mais bem-sucedidas, foi redescoberta nos anos de 1970 e desde então vem ganhando uma renovação, sobretudo no mundo acadêmico (Burke 2008, p.07).

A História Cultural está entrelaçada em como um campo do conhecimento que possibilita a interpretação e a apreensão do objeto cultural a partir de suas multiplicidades de compreensão da realidade, assim sendo, se atribui ao homem interessa a história.

Podemos citar Burke (2008), ao referenciar uma história da HC avulta as fases da História Cultural confirmando o seu vínculo com a História Clássica de 1800 a 1950 que expande na Alemanha uma unidade mais cultural que política História Social da Arte de 1930 a 1940 e a revelação da História Cultural Popular em 1950 e 1960, o que marca o lugar da cultura popular e a Nova História Cultural a começar nos anos de 1970.

Segundo Barros (2005), a História Cultural é um campo historiográfico fundamentalmente alicerçado nas últimas décadas do século XX, entretanto tem objetivos explícitos desde o início do mesmo século apresenta-se como um método rico no sentido de defender no seu seio distintas possibilidades de tratamento.

Evidencia-se que a preocupação primaz de entender a História cultural como método torna-se ampla ao possibilitar a análise da trajetória do homem no tempo e espaço, nela podemos desempenhar a observação das representações das culturas, as manifestações sociais, as produções culturais em seus cotidianos, crenças, sistemas de educação e etc.

Pode-se dizer que a proposta da História Cultural seria, pois, decifrar a realidade do passado por meio das suas representações, tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressam a si próprios e o mundo (PASAVENTO, 2005, p. 42).

Nesse sentido a história cultural apresenta-se como um método os quais possibilita a reflexão sobre o processo de evolução a pluralidade cultural dos múltiplos espaços da pesquisa do historiador.

Um modo de entender a História Cultural

Burke (2008), tenta explicar a História Cultural sobre dois aspectos fundamentais ao estabelecer duas abordagens diferentes, mas complementares. Uma interna no intuito de resolver os dilemas no interior da disciplina, e outra externa relativa o que os historiadores organizam ao tempo em que vivem.

Segundo Burke (2008, p.08), a abordagem interna trata da presente modernização da história cultural como uma oposição às experiências anteriores de estudar o passado que largaram de fora, haveres complexos e relevantes os quais de acordo com este ponto de vista o historiador cultural abarca artes do passado, a ênfase em “culturas” inteiras, oferece uma saída para a atual fragmentação da disciplina, em especialistas de histórias de população, de mulheres, ideias, negócios, guerras e assim por diante.

Já a abordagem externa ou visão de fora também tem algo a apresentar, conecta a elevação da história cultural a uma guinada cultural mais ampla em termos de ciência, política, geografia, economia, psicologia, antropologia e estudos culturais. Como mostra Burke:

Um sinal dos tempos e a conversão do cientista político norte-americano Samuel P. Huntington à a ideia de que, no mundo de hoje, as distinções culturais são mais importantes que as políticas e econômicas, de modo que, desde o fim da Guerra Fria, o que vemos não é tanto um conflito internacional de interesses, mas um “choque de civilizações”. Outro indicador do clima intelectual é o sucesso internacional dos estudos culturais. Na Rússia da década de 1990, por exemplo, a Kul'turologija (Como lá se chama) tornou-se disciplina obrigatória nos cursos superiores, particularmente preocupada com a identidade russa e muitas vezes ministrada por ex-professores de Marxismo-leninismo, que antes tinham uma interpretação econômica da história e se converteram a uma interpretação cultural (PETER BURKE, 2008, p.8).

Nessa perspectiva vimos segundo o autor nos dias atuais é um choque de civilizações conforme Samuel P. Huntington as distinções culturais são mais importantes que a política e econômica. Outro indicador é o sucesso dos estudos culturais, que se converteu em interpretação cultural.

Nesse aspecto uma das especificidades da História Cultural foi possibilitar revelar o indivíduo, como sujeito da História, reconstruindo histórias de vida, (PASAVENTO, 2005, p. 118). É importante mencionar que o que mais tem percebido na história cultural, é a utilização de uma variedade de novas fontes (*op cit.*, p. 69).

É dessa forma que a História Cultural possibilita o processo de investigação por concentrar as diversas produções humanas, no entanto ela não preocupa apenas em estudar a produção de uma cultura, mas se dedica a analisar tudo o que corresponde ao homem, dando ênfase a uma vasta pluralidade cultural daquilo que é objeto de estudo do pesquisador.

Pasavento (2005), assevera que a quantidade de pesquisa neste campo parece ser infinita. Tudo que se referem ao homem, agregados na cultura, é suscetível de ser pesquisado pela História Cultural.

Infere-se que a História Cultural, tem propiciado um novo olhar sobre objetos de viés historiográfico. Sua evolução, por conseguinte, vai muito além, de outras modalidades historiográficas e campos de saber, ao mesmo tempo em que tem permitido aos historiadores a formulação conceitual.

O enredamento e a amplitude dos estudos da História e da História Cultural, bem como a consideração dos procedimentos históricos que se pautam aos termos da historiografia, apontam que qualquer ensaio de significação acerca das duas noções torne-se difícil. Ao procurar significar originam como resultado o alargamento das representações sobre o passado resultantes do processo de modernização. O que possibilitou o advento de evolução da educação exercendo profunda influencia sobre a teoria e a prática historiográfica.

Dando continuidade à evolução de significados a História Cultural focaliza os estudos elitizados, e vem se estabelecendo como uma das modalidades historiográficas, passando a estudar o seu objeto sob múltiplos olhares o que evidencia o modo como é visto seu objeto, os quais revelarão informações relevantes para sua pesquisa, o que se propõem a analisar as fontes de modo

exaustivo, no intuito de possibilitar a interpretação, o que implica um modo de pesquisar que supõe um modo de finura um conjunto de princípios, um modo de observar mediante opções técnicas um tipo de amostragem um questionário e etc.

O conceito de Quilombo

O conceito da palavra quilombo tem sido resinificado, possibilitando a reflexão para novas possibilidades de interpretação, utilizando-se da interdisciplinaridade, para a construção de uma história voltada para novos conceitos e com novas abordagens.

Segundo Koselleck (1992, p. 4), a história dos conceitos pode ser pensada a partir de um procedimento metodológico que poderíamos chamar de Seleção (*Ausgrenzung*) daquilo que diz respeito a um conceito. Assim, tanto poderei proceder à análise dos conceitos a partir de um método que privilegiará textos comparáveis, o objeto se mantém o mesmo, e o que se altera é apenas a perspectiva em relação a ele.

Dando ênfase a uma revolução do ponto de vista teórico, pautada em novas teorias métodos, abordagens e possibilidades para a compreensão do conceito de quilombo. Dá-se ênfase às trajetórias de povos negros, com a História de seu cotidiano, suas tradições e sua cultura. Conforme Abdias do Nascimento (1982) o Quilombismo, constitui-se como modo de vida e integridade a ser convivida e estabelecida pelo e para o povo negro.

As marcas do momento histórico e político vividos pelo processo de emancipação desses quilombos podem ser identificadas com processo cultural vividos dentro do próprio quilombo instrumento de fundamental importância nos embates em busca de mudanças sociais, para a preparação do povo sendo ferramenta que possibilita a participação política e a valorização de sua cultura e as rotinas que lhes foram inculcados pela tradição oral, conservando seus *habitus*, as crenças e práticas herdadas das gerações anteriores. Sobre isso, assevera Santos (2012):

A tradição oral pode ser considerada uma forma de manutenção de sua história, fonte de resistência e conservação da fé ao longo da sua trajetória de vida. Na medida em que o conhecimento é transmitido de geração em geração por meio da fala e da escuta, a palavra dita tem uma importante dimensão, pois traz consigo os valores sagrados e, na constante repetição, torna-se o repasse de saberes (p.02).

Entende-se que a tradição oral dos quilombos se exprime num modo de vida os quais foram criados e recriados em suas vivências (re) significando-as a partir de sua oralidade.

Segundo Silva e Silva (2014), a formação das comunidades quilombolas retrata o povo brasileiro, e há uma associação, ao pensar no quilombo apenas como um lugar isolado e predominantemente constituído apenas por negros fugitivos do sistema escravista, no entanto, não se dá ao fato desse isolamento ser uma estratégia de garantia de sua sobrevivência.

Em relação à constituição histórica dos quilombos no Brasil segundo as autoras acima citadas os escravos fugitivos da escravidão desenvolviam grupos os quais foram denominados de quilombos ou mocambos, e que na sua maioria congregavam centenas e até milhares de pessoas, fato que se deu em diferentes quilombos.

Segundo Reis (1996), nesses espaços também abrigavam soldados desertores, perseguidos pela justiça ou aventureiros, índios que sofriam em consequência do avanço europeu. Ressalta-se que as relações eram conduzidas na perspectiva da política de emancipação e convivência social, e assim recriavam suas culturas.

Domingues e Gomes (2013), explica que os quilombos foram previamente entendidos como ajuntamentos de 2 ou 3 negros escapados em seus embates de lutas, em consequência de experiências de vida em seu caminho e não pela quantidade de habitantes, em torno de alternativas de sobrevivência.

Para Freire (1976), a concepção que se orienta dos quilombos é de lugar de embate, oposição, por causa dos castigos e maus-tratos, que recebiam de seus senhores. Desse modo percebe-se que a definição de quilombo revela grandes desafios, a qual ocorre a luta e a resistência contra o modo de vida imposto pela sociedade e de busca pela restauração de sua cultura e de seus valores.

Segundo Silva (2003) no Brasil a história dos quilombos simbolizou um refúgio um ato de luta e aversão à servidão e ao modo de vida imposto ao povo escravizado.

A partir da reflexão na tentativa de conceituar o quilombo, entende que todo esse movimento trouxe uma vasta riqueza de ideias e opções que possibilitaram ambicionar essa conceitualização a partir da reflexão que, destaca em um movimento organizado por parte dos escravos fugitivos em busca de transformação social.

Quilombos são comunidades marcadas pelo conflito cuja identidade étnica e cultural os caracterizam no conjunto da sociedade. Tais comunidades desenvolveram ao longo da sua formação maneiras de viver e de saber característicos de sua organização social, modos de produzir e concepção religiosa. Essas comunidades formadas por diferentes povos, escravos, negros alforriados, constituídas em quilombos batalhavam por direitos, valores, e pela garantia de seus espaços.

Segundo CARRIL (2006) a formação dos quilombos no Brasil não se dá unicamente aos territórios advindos apenas com as fugas dos escravos. Nesse aspecto, para a autora embora o quilombo de Palmares apresente essa origem, outros quilombos derivaram da compra das terras por negros livres, da posse de terras abandonadas pelos proprietários em épocas de crise econômica, ocupadas por ex-escravos assim como também pela gerência das terras doadas aos santos, ou adquiridas por antigos escravos.

Nesse ponto, com a inclusão do Artigo 68 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal (ADCT) de 1988, que prediz aos remanescentes das comunidades quilombolas o direito a propriedade das terras os quais estavam ocupando, sendo dever do Estado legitimar e emitir-lhes os títulos respectivos.

Nesta perspectiva esse direito possibilitou garantir a o reconhecimento e a titulação das terras ocupadas por comunidades remanescentes de quilombos no intuito de garantir a preservação e a constituição de valores culturais e históricos do negro no processo de constituição do povo brasileiro.

Entretanto, a luta pela terra adquiriu uma nova roupagem no intento de lutar por direitos demandando reivindicações também dos remanescentes quilombolas coma participação dos próprios integrantes das comunidades, que

incidem um processo histórico e indenitário, em busca de garantir o direito de posse do território.

De acordo com o Decreto 4.887 de 2003, a Fundação Cultural Palmares (FCP) é o órgão os quais poderá certificar e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é responsável por oferecer os títulos das terras de remanescentes de quilombos.

Segundo dados da Fundação Cultural Palmares (2008) o Governo Federal, já havia identificado mais ou menos 3.524 comunidades distribuídas em todo o país, com aproximadamente 1.087 certificações emitidas, beneficiando quase 1.305 comunidades entre os anos de 1995 a 2008.

Dentre essas comunidades ressaltam-se no Norte Goiano, nos municípios de Teresina de Goiás, Cavalcante, e Monte Alegre, os Kalunga. Em 1991 o território Kalunga foi reconhecido pela Lei Complementar do Estado de Goiás, número 11.409-91, que em seu texto delimita a área do sítio histórico, prevê a exclusividade da propriedade das terras aos seus habitantes, bem como a desapropriação e a titulação em favor da comunidade.

Começa na Barra do Ribeirão dos Bois com o Rio Paranã; daí segue rumo leste com uma distância aproximada de 5.000 metros; daí, segue rumo sul, com uma distância aproximada de 3.700 metros, até a extremidade norte da Serra do Boqueirão; daí, segue para o sul pelo sopé oeste da Serra do Boqueirão, até a garganta do Córrego Boqueirão;[...] daí, segue córrego abaixo, até sua barra no Rio da Prata; daí, segue por este rio abaixo, até sua barra no Rio Paranã; daí, segue por este rio acima, até a barra do Rio Bezerra; daí, segue por este rio acima, até a confluência com o Córrego Bonito; daí, segue com rumo sul, numa distância aproximada de 1.700 metros, até o sopé da Serra Bom Jardim; daí, segue para o sul, pelo sopé da Serra Bom Jardim e contenda, até a garganta do Rio Paranã, no local denominado Funil; daí, segue o Rio Paranã acima, até o ponto onde teve início a descrição deste perímetro”(LEI COMPLEMENTAR Nº 19, DE 05 DE JANEIRO DE 1996, p.1).

Conforme Baiocchi (2006) a partir da construção de um mapa da região dos Kalungas realizado pelo projeto denominado Kalunga Povo da Terra da Universidade Federal de Goiás e abraçado pelo extinto IDAGO (Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás), resultou na aprovação do direito inicial a titulação de terras aos Kalunga ratificada pela Lei Complementar 19/1996).

Para a realização de uma História voltada para a história do conceito de quilombo, surgem como possibilidades para a pesquisa, a utilização de elementos como a Memória, História oral e o uso do método da história cultural.

Expandindo-se a relação entre História e Memória, onde muitos estudos têm apontado a importância da interação entre ambas, uma vez que a memória pode contribuir para a historiografia.

Mediante aspecto a utilização do método da história cultural tem crescido nas últimas décadas proporcionando novos caminhos para a pesquisa sobretudo a partir da segunda metade do século XX, com a proposta de diálogo com a História oral, uma vez que o relato oral apresenta uma visão singular dos acontecimentos.

Nesta perspectiva, buscar a memória do conceito de quilombo possibilita a reflexão com o qual se relembra conceitos passados, passando-se a analisar suas especificidades.

A teoria do conceito do historiador alemão Reinhart Koselleck (2006), especificamente a obra *Passado Futuro*, nos auxilia a compreender o uso, as mudanças no conceito e a apropriação social e política que se deu quanto à noção de quilombo. Segundo Koselleck (2006, p. 110),

embora o conceito também esteja associado à palavra, ele é mais do que uma palavra: uma palavra se torna um conceito se a totalidade das circunstâncias político-sociais e empíricas, nas quais e para as quais essa palavra é usada, se agrega a ela. O conceito reúne em si a diversidade da experiência histórica assim como a soma das características objetivas teóricas e práticas em uma única circunstância, a qual só pode ser dada como tal e realmente experimentada por meio desse mesmo conceito.

Percebe-se que a associação do conceito a palavra agrega-se elementos que vão além da simples palavra e tenta reconstituir características possibilitando uma nova interpretação da noção da palavra quilombo.

Considerações Finais

Considero importante a realização deste trabalho para a compreensão e reflexão sobre as representações sociais dos quilombos, numa sociedade fruto de relações preconceituosas ao longo da história da humanidade.

Pensar a história cultural como método implica em compreender a epistemologia nas afinidades que se fundam entre o sujeito fantasioso e o objeto.

Entre outros é preciso situar a importância da epistemologia, em nível dos conceitos científicos de matrizes teóricas e metodológicas que, na contemporaneidade, informam a pesquisa e a produção do conhecimento na área de Educação. A história cultural possibilita a análise da trajetória do homem no tempo e em seus diferentes espaços esta, pois, possibilita desempenhar a observação das representações da cultura popular as múltiplas manifestações sociais dos diversos grupos, assim como cotidianos, tradições, crenças e seus diferentes espaços.

Percebe-se que este é o caminho do historiador, para obter respostas é preciso estabelecer os questionamentos apropriados a cada tipo de fonte, nesse sentido a História Cultural por meio de seus infinitos campos propicia a análise do objeto com várias abordagens.

Pesquisar as comunidades quilombolas constitui-se um tema de suma importância para os estudos acadêmicos, uma vez que, em sua maioria tem permanecido apenas em nível de projetos. E em sua maioria tem-se debatido apenas lutas agrárias, hereditariedade e tradição com a participação de representantes de sindicatos e de movimentos populares visando apenas medidas de cunho social marcadas pela falta de garantia de seus direitos.

Referências

ALMEIDA, Maria Zeneide Carneiro M. de. *Educação, História, Memória e Culturas em Diferentes Espaços de trijunção Goiás, Minas Gerais e Tocantins*. Projeto de Pesquisa. PUC-GO. 2007.

ALMEIDA, Maria Zeneide Carneiro M. de. *Educação e Memória: velhos mestres de Minas Gerais(1924-1944)*. Brasília, UNB. Tese de doutorado,2009.

ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BARROS, José D'Assunção. *O Campo da História: especialidades e abordagens*, Petrópolis: Vozes, 2004.

BRASIL. Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e os artigos 215 e 216 da Constituição Federal, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho e os Decretos 4.887/2003 e 6.040/2007.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Tradução de Sérgio Goes de Paula. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 2008.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro. Ed. Zahar/2001.

CARRIL, L. de F. B. Quilombo, território e Geografia. *Revista Agrária*. Nº 3. São Paulo, 2006.

CARVALHO, Maristela Francisco de. *Implantação da Comunidade Integradora do Curso de Licenciatura em Educação do Campo no Município de Paranã-TO: Conquistas, possibilidades e desafios dos alunos remanescentes de quilombos no acesso e permanência a graduação*. UFTO. Paranã-TO, 2016.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. 18 ed. Tradução Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

COORDENAÇÃO Estadual das Comunidades Quilombolas do Estado do Tocantins (COEQTO); *Alternativas para Pequena Agricultura no Tocantins (APA-TO)*. Os Territórios Quilombolas no Tocantins. 1ª ed. Palmas, 2012.

DOMINGUES, P.; GOMES, F. Histórias dos quilombos e memórias dos quilombolas no Brasil: revisitando um diálogo ausente na lei 10.639/031. *Revista da ABPN*, v. 5, n. 11, jul/out 2013, p. 05-28. Disponível em:<http://www.abpn.org.br/Revista/index.php/edicoes/article/viewFile/397/276>. />Acesso em 01/09/16.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *História Oral Multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro-RJ: Diadorim editora Ltda, 1994.

FREIRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1976.

FUNDAÇÃO CULTURAL DOS PALMARES. <http://www.palmares.gov.br/archives/46698>. Acesso em 28/09/17.

GATTI, Bernadete A & ANDRÉ, Marli. A relevância dos métodos de pesquisa qualitativa em Educação no Brasil. In: WELLER, Wivian e PFAFF, Nicole (org.), *Metodologias da pesquisa qualitativa em Educação*. Teoria e Prática. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes 2010, p.21-37.

GONÇALVES, Paulo Rogério, APA-TO. 2012. Cartilha Quilombola. Os Territórios Quilombolas no Estado do Tocantins. Alternativas para Pequena Agricultura no Tocantins.<http://www.apato.org.br/documentos/cartilha-quilombolas-do-tocantins-web.pdf>. Acesso /> em 12/09/2016.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003/2004.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed.UERJ, 2006.

LEI COMPLEMENTAR Nº 19, DE 05 DE JANEIRO DE 1996. http://www.mpggo.mp.br/portalweb/hp/9/docs/lc_19-96.pdf LUIZ ALBERTO MAGUITO VILELA (D.O. de 10 e 22-01-1996). Acesso em 23/09/2017.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. 4 ed. São Paulo: Loyola, 2002.

NASCIMENTO, Abdias. *O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista*. Petrópolis: Editora Vozes, 1982.

NOGUEIRA, Teresinha de Araújo Magalhães; FERRO, Maria do Amparo Borges. A Escola: memórias de um lugar em que mantemos raízes. In: FERRO, Maria do Amparo Borges; NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa; SOUSA, Lourenilson Leal de. (Orgs.). *História da Educação: novos olhares, velhas questões*. Teresina: EDUFPI, 2009, p. 109-120.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

REIS, João José. *Identidade e Diversidade étnicas nas Irmandades Negras no Tempo da Escravidão*. Tempo. Rio de Janeiro. Vol. 2, n 3, 1996.

SANTOS, Maria José dos. *Mulheres Quilombolas: Memória é Acervo de Nossa História*. Cadernos Imbondeiro. João Pessoa, v.2, n.1, 2012.

SILVA-SÁ, J. Ronie, ALMEIDA, C. Domingos de GUINDANI, J. L. Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodologias. In: *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, ano I- Número I- p.1-15, julho de 2009.

SILVA, Giselda Shirley da: SILVA Vandeir José da. Quilombos Brasileiros: Alguns aspectos da trajetória do negro no Brasil. *Revista Mosaico*, v. 7, n. 2, p. 191-200, jul./dez. 2014.

SILVA, Martiniano José. *Quilombos do Brasil Central: Violência e Resistência Escrava*. Goiânia: Kelps, 2003.